RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Brasil apresenta à OEA proposta de cooperação internacional contra interferência estrangeira em eleições

Secretária nacional de Justiça defende regulamentação de manipulação informacional para proteger democracia nas Américas

A secretária nacional de Justiça do MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública), Maria Rosa Loula, apresentou nesta quarta-feira (4) uma defesa fervorosa pela cooperação multilateral no enfrentamento à Interferência e Manipulação Estrangeira de Informação (FIMI). Sua declaração gravada foi transmitida durante sessão do Conselho Permanente da OEA (Organização dos Estados Americanos), conforme solicitação formal do Brasil.

O tema foi incluído na pauta da organização interamericana mediante iniciativa brasileira, demonstrando a relevância estratégica que o país confere à questão.

Benoni Belli, embaixador e representante permanente do Brasil na OEA, compareceu pessoalmente ao encontro, optando por solicitar a exibição do pronunciamento em vídeo da secretária de Justiça durante sua participação.



TSE chega ao segundo turno com série de decisões sobre redes sociais

Em sua apresentação, Maria Rosa ressaltou que o combate às FIMIs deve fundamentar-se na proteção dos pilares democráticos, na manutenção do Estado de Direito e na garantia dos direitos humanos.

"A interferência informacional estrangeira transcende o simples compartilhamento de conteúdo falso. Ela materializa-se em práticas deliberadas e coordenadas de atores externos, agindo direta ou indiretamente, que distorcem sistematicamente o ecossistema informacional e subvertem processos políticos", explicou.

A secretária apontou incidentes concretos de possíveis operações estrangeiras que afetaram o processo eleitoral brasileiro recente, reforçando a urgência da discussão.

Como exemplificação, Maria Rosa citou a decisão de 27 de outubro do STF (Supremo Tribunal Federal), que abriu investigação visando esclarecer "manipulações algoritmos direcionadas a beneficiar ou prejudicar candidaturas".

"Complementarmente, o Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, coordenado pela Senajus (Secretaria Nacional de Justiça), registrou ocorrências de cerceamento ao livre fluxo de informação jornalística", acrescentou.

O observatório colheu depoimentos de nove organizações da sociedade civil documentando exclusões e remoções de aproximadamente 30 contas jornalísticas no Instagram, sem fundamentação adequada ou explicações sobre as razões das ações pela plataforma.

"A magistratura eleitoral brasileira também precisou intervir. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) exigiu igualdade de tratamento entre os candidatos após a Meta AI, ferramenta geradora de conteúdo por inteligência artificial, produzir material publicitário favorecendo apenas uma candidatura no segundo turno", prosseguiu.

Meta nega interferência nas eleições após acusações da campanha de Lula

Maria Rosa enfatizou que a **proteção da soberania** passa necessariamente pela garantia da autonomia do voto popular e convocou os membros da OEA para ação conjunta.

"A OEA necessita confrontar esse desafio. Os países americanos devem construir estratégias coordenadas e harmonizadas frente à interferência informacional estrangeira. Estratégias alicerçadas na cooperação jurídica internacional, na defesa da soberania e na salvaguarda dos processos democráticos", ressaltou.

A secretária argumentou que a organização possui capacidade e responsabilidade de aprofundar instrumentos de cooperação e reforço democrático.

Dentre as iniciativas sugeridas constam o **compartilhamento de alertas entre nações**, o **monitoramento transnacional de atividades coordenadas**, a **conservação de evidências digitais** e a **instituição de canais de comunicação entre órgãos governamentais** dos países-membros.

"Permanece a necessidade urgente de consolidar definições e mecanismos protetivos substantivos em nível regional para lidar com a FIMI", finalizou.



Flávio aciona TSE contra Messias por suposto uso de IA em apoio a Lula

Estados Unidos ressaltam liberdade de expressão em resposta

Na sequência dos debates, Francisco O. Mora, embaixador dos **Estados Unidos** na OEA, reafirmou o comprometimento com a liberdade de expressão, advertindo que regimes autoritários exploram o conceito de desinformação como instrumento para justificar censura.

"O contraditório deve ser enfrentado por mais expressão, não por silenciamento", declarou.

Os norte-americanos ainda pontuaram que "**conteúdo originário do exterior e investimento internacional em si não configuram interferência**", ressalvando que a participação diplomática permite análise apropriada desses fenômenos.

"A regulação não deve aplicar-se para além de fronteiras. Apoiamos a participação internacional em pleitos através de observadores eleitorais, operando com transparência, documentando resultados em benefício de eleições livres e íntegras", completou o representante americano.

Os demais países presentes na discussão, incluindo Uruguai, México e Canadá, manifestaram reconhecimento acerca da importância do tema e comunicaram disposição para negociações sobre possível regulamentação internacional.

Polêmicas envolvendo a Meta em foco

A **Meta**, corporação controladora do Instagram, Facebook e WhatsApp, ocupou posição central nas controvérsias políticas suscitadas pelas eleições de 2024.

Desde o começo do calendário eleitoral, a empresa enfrenta acusações recorrentes de práticas questionáveis no pleito, alegadamente manipulando indicadores de desempenho de candidatos de uma vertente e suprimindo conteúdos de outro espectro político.

Em 20 de outubro, a Meta refutou perante o TSE qualquer descumprimento de determinações judiciais ou favorecimento a candidaturas durante a campanha nas plataformas digitais.

De acordo com a corporação, seus ambientes digitais implementam critérios idênticos de circulação de conteúdo para todas as candidaturas e adotaram medidas preventivas contra irregularidades, exemplificadas pela implantação de sistema de autorização prévia para anúncios, limitando a veiculação de publicidade política remunerada.

Naquela mesma data, o **Comitê de Supervisão da Meta** reconheceu deficiências repetitivas na fiscalização de conteúdo ligado ao processo eleitoral nas redes de sua responsabilidade.

O comitê apontou falhas no tratamento dispensado às contas publicitárias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com os copresidentes do órgão sinalizando que o ocorrido representava uma deficiência que deveria ter sido escalada para o departamento interno especializado.